



# PROPOSTA

## CAPACITAÇÕES *IN COMPANY*

- PLANEJAMENTO DE COMPRAS PÚBLICAS  
- ETP, MAPA DE RISCOS, TERMO DE REFERÊNCIA E PESQUISA DE PREÇOS
- FORMAÇÃO DE PREGOEIROS E AGENTE DA CONTRATAÇÃO
- CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

A/C Ministério da Saúde

MINISTÉRIO DA  
SAÚDE

## Proposta

Em resposta a solicitação, agradecemos a oportunidade que nos foi endereçada e assegurar nosso total empenho na obtenção de resultado para vossa entidade.

A presente proposta compreende a prestação de serviço de capacitação *in company*.

### CAPACITAÇÃO IN COMPANY

#### PLANEJAMENTO DE COMPRAS PÚBLICAS - ETP, MAPA DE RISCOS, TERMO DE FERÊNCIA E PESQUISA DE PREÇOS

- ✓ Atualizada com a Lei nº 14.133/2021 - Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos e seus regulamentos
- ✓ Capacitação on-line com 36 horas-aula
- ✓ Ministradas pelo Prof. Ricardo Brito
- ✓ 30 vagas
- ✓ Apostila e Material complementar digital, com manuais, notas técnicas e jurisprudência do TCU
- ✓ 1 mês de suporte e tira-dúvidas (via e-mail) pós-curso

**R\$ 56.140,00**

**AHC SERVICOS DE TREINAMENTO E CONSULTORIA LTDA**

CNPJ 48.905.520/0001-70

Rua Monte Alegre, 4800 - Jardim Guanabara

Dourados - MS

Tel.: (67) 98119-8126

brito\_ricardo 

Ricardo Brito 

(67) 98119-8126 

ricardo.fbrt@gmail.com 

## Proposta

Em resposta a solicitação, agradecemos a oportunidade que nos foi endereçada e assegurar nosso total empenho na obtenção de resultado para vossa entidade.

A presente proposta compreende a prestação de serviço de capacitação *in company*.

### CAPACITAÇÃO IN COMPANY

#### FORMAÇÃO DE PREGOEIROS E AGENTE DA CONTRATAÇÃO - TEORIA E PRÁTICA NO COMPRAS.GOV.BR

- ✓ Atualizada com a Lei nº 14.133/2021 - Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos e seus regulamentos
- ✓ Capacitação on-line com 24 horas-aula
- ✓ Ministradas pelo Prof. Ricardo Brito
- ✓ 30 vagas
- ✓ Apostila e Material complementar digital, com manuais, notas técnicas e jurisprudência do TCU
- ✓ 1 mês de suporte e tira-dúvidas (via e-mail) pós-curso

**R\$ 37.560,00**

**AHC SERVICOS DE TREINAMENTO E CONSULTORIA LTDA**

CNPJ 48.905.520/0001-70

Rua Monte Alegre, 4800 - Jardim Guanabara

Dourados - MS

Tel.: (67) 98119-8126

(67) 98119-8126



novapublicaigp@gmail.com



## Proposta

Em resposta a solicitação, agradecemos a oportunidade que nos foi endereçada e assegurar nosso total empenho na obtenção de resultado para vossa entidade.

A presente proposta compreende a prestação de serviço de capacitação *in company*.

### CAPACITAÇÃO IN COMPANY

#### CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA E INEXIGIBILIDADE, COM PRÁTICA NO COMPRAS.GOV.BR

- ✓ Atualizada com a Lei nº 14.133/2021 - Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos e seus regulamentos
- ✓ Capacitação on-line com 20 horas-aula
- ✓ Ministradas pelo Prof. Ricardo Brito
- ✓ 30 vagas
- ✓ Apostila e Material complementar digital, com manuais, notas técnicas e jurisprudência do TCU
- ✓ 1 mês de suporte e tira-dúvidas (via e-mail) pós-curso

**R\$ 31.300,00**

**AHC SERVICOS DE TREINAMENTO E CONSULTORIA LTDA**

CNPJ 48.905.520/0001-70

Rua Monte Alegre, 4800 - Jardim Guanabara

Dourados - MS

Tel.: (67) 98119-8126

(67) 98119-8126



novapublicaigp@gmail.com



# **PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, MAPA DE RISCOS, TERMO DE REFERÊNCIA E PESQUISA DE PREÇOS**

Atualizado com a Lei nº 14133/2021, IN/SEGES nº 58/2022, IN/SEGES nº 81/2022 e IN/SEGES Nº 65/2021

## **1. NOME DA AÇÃO**

PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - Estudo Técnico Preliminar, Mapa de Riscos e Termo de Referência, atualizado com a Lei nº 14133/2021, IN/SEGES nº 58/2022, IN/SEGES nº 81/2022 e IN/SEGES nº 65/2021

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1. Objetivo geral**

Capacitar o participante para a atuação na área de planejamento de licitações e contratos administrativos em conformidade com o diploma legal vigente e a jurisprudência dos Tribunais de Contas.

### **2.2. Objetivo específicos**

Ao final da capacitação, espera-se que os participantes sejam capazes de:

- Compreender os requisitos e procedimentos para o planejamento de compras públicas;
- Instruir processo licitatório com os documentos da etapa de planejamento de compras públicas.
- Conhecer os caminhos legais para a definição da melhor solução para a Administração.

## **3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E CRONOGRAMA DE AULA**

### **3.1. Introdução ao Processo Licitatório**

#### **3.1.1. Base legal**

#### **3.1.2. Princípios e objetivos**

#### **3.1.3. Fases**

### **3.2. Plano Anual de Contratações – Decreto nº 10947/2022**

#### **3.2.1.1. Documento de Formalização da Demanda (DFD), com exercício prático de elaboração**

### **3.3. Estudo Técnico Preliminar (IN 58/2022)**

#### **3.3.1. Descrição da necessidade**

#### **3.3.2. Requisitos**

#### **3.3.3. Levantamento e comparação das soluções de mercado**

#### **3.3.4. Descrição e justificativa da escolha da solução**

#### **3.3.5. Estimativa da quantidade**

#### **3.3.6. Estimativa de valor no ETP**

#### **3.3.7. Justificativa de parcelamento ou não**

#### **3.3.8. Contratações correlatas**

#### **3.3.9. Resultados pretendidos**

#### **3.3.10. Providência a serem tomadas pela Administração**

#### **3.3.11. Descrição dos possíveis impactos ambientais**

#### **3.3.12. Decisão sobre a viabilidade da contratação.**

### **3.4. Mapa de Riscos, com exercício prático de elaboração do Mapa de Riscos**

#### **3.4.1. Identificação dos riscos**

#### **3.4.2. Avaliação dos riscos identificados**

#### **3.4.3. Tratamento dos riscos**

### **3.5. Termo de Referência, com exercício prático de elaboração de TR com modelo**

- 3.5.1. Definição do objeto
  - 3.5.1.1. Natureza comum
  - 3.5.1.2. Estimativa de quantitativos
  - 3.5.1.3. Objetos continuados e prazos contratuais
  - 3.5.1.4. Padronização
  - 3.5.1.5. Parcelamento
  - 3.5.1.6. Qualidade do objeto
- 3.5.2. Fundamentação da contratação
- 3.5.3. Descrição da solução
  - 3.5.3.1. Indicação e/ou vedação de marca
  - 3.5.3.2. Amostra ou prova de conceito
- 3.5.4. Requisitos da contratação
  - 3.5.4.1. Subcontratação
  - 3.5.4.2. Carta de solidariedade
  - 3.5.4.3. Garantia da contratação
  - 3.5.4.4. Exigência de vistoria
- 3.5.5. Modelo de execução do objeto
- 3.5.6. Modelo de gestão do contrato
  - 3.5.6.1. Preposto
  - 3.5.6.2. Tipos de fiscalização
- 3.5.7. Critérios de medição e pagamento
  - 3.5.7.1. Instrumento de medição de resultados
  - 3.5.7.2. Recebimento provisório e Recebimento definitivo
  - 3.5.7.3. Prazo de pagamento
  - 3.5.7.4. Antecipação de pagamento
  - 3.5.7.5.
- 3.5.8. Formas e critério de seleção do fornecedor
  - 3.5.8.1. Habilitação jurídica
  - 3.5.8.2. Habilitação fiscal-social e trabalhista
  - 3.5.8.3. Qualificação técnica
  - 3.5.8.4. Qualificação econômico-financeira
- 3.5.9. Estimativas do valor da contratação
- 3.5.10. Adequação orçamentária
- 3.5.11. Responsabilidade pela elaboração e aprovação
- 3.6. Pesquisa de Preços
  - 3.6.1. Base legal
  - 3.6.2. Finalidade da pesquisa de preços
  - 3.6.3. Preço estimado e preço máximo
  - 3.6.4. Elementos mínimos
  - 3.6.5. Parâmetros da pesquisa de preços
  - 3.6.6. Variáveis que influenciam na pesquisa de preços
  - 3.6.7. Média saneada
  - 3.6.8. Priorização
  - 3.6.9. Pesquisa de Preços
  - 3.6.10. Pesquisa de preços em contratação direta
  - 3.6.11. Boas práticas na pesquisa de preços
  - 3.6.12. Principais falhas na pesquisas de preços
  - 3.6.13. Diferenças entre a pesquisa do ETP e do TR
- 3.7. Negociação nas Contratações
  - 3.7.1. Sigilo do Orçamento.
  - 3.7.2. Tratamento Diferenciado ME/EPP
  - 3.7.3. Negociação da Proposta
  - 3.7.4. Pesquisa de preços em SRP
  - 3.7.5. Pesquisa de Preços na Prorrogação Contratual
  - 3.7.6. Prática no Painel de Preços
  - 3.7.7.

#### 4. CARGA HORÁRIA

36 horas-aulas

#### 5. (PRÉ-REQUISITOS PARA O) PÚBLICO-ALVO

Servidores que realizem as seguintes atividades:

- a) Instrução de processos licitatórios;
- b) Comissão de licitação e pregoeiros;
- c) Gestão e fiscalização de contratos administrativos;
- d) Instrução de processo de apuração de responsabilidade de fornecedores na execução contratual;
- e) Autoridade competente.

#### 6. MÉTODOS DE ENSINO

##### 6.1. ESTRATÉGIAS INSTRUCIONAIS

- Exposição da legislação sobre a Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Exposição da jurisprudência sobre a etapa de planejamento das compras públicas;
- Promover atividades de fixação dirigidas por meio de atividades assíncronas;
- Dirimir dúvidas relacionadas aos requisitos a serem avaliados no planejamento de compras públicas.

##### 6.2. MATERIAIS DIDÁTICOS

- Slides utilizados na exposição;
- Material complementar com manuais e notas técnicas sobre o tema.

#### 7. ÁREAS TEMÁTICAS DA CAPACITAÇÃO (CLASSIFICAÇÃO SIPEC/MPOG)

☒ Administração Pública

☐ Auditoria;

☐ Ciência e Tecnologia;

☐ Comunicação;

☐ Defesa e Segurança;

☐ Saúde;

☐ Desenvolvimento Gerencial;

☐ Direito e Justiça;

☐ Economia, Orçamento e Finanças;

☐ Educação;

☐ Ética;

☐ Gestão da Informação;

☐ Gestão de Pessoas;

☐ Informática – aplicativos e sistemas internos;

☐ Informática – programação e tecnologia da informação;

☐ Informática – sistemas informatizados do Governo Federal;

☐ Logística;

☐ Meio Ambiente;

☐ Pessoa, Família e Sociedade;

☐ Planejamento;

☐ Relações Internacionais;

☐ Trabalho;

☐ Transportes;

☐ Outros.

#### 8. AMBIENTE(S) ORGANIZACIONAL(IS)

☒ Administrativo

☐ Infra-Estrutura

☐ Ciências Humanas, Jurídicas e Econômicas

☐ Ciências Biológicas

☐ Ciências Exatas e da Natureza

☐ Ciências da Saúde

☐ Agropecuário

☐ Informação

( ) Artes, Comunicação e Difusão

( ) Comum a todos os Ambientes

( ) Marítimo, Fluvial e Lacustre

## **9. BIBLIOGRAFIA UTILIZADA**

**Lei nº 14133/2021** – (Nova) Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

**Lei Complementar nº 123/2006** - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte

**Decreto nº 9507/2018** - Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

**Decreto nº 11462/2023** – Regulamenta o Sistema de Registro de Preços

**Decreto nº 11246/2022** - Regulamenta a atuação do agente de contratação, comissão de contratação e fiscais e gestores de contratos

**Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017** - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

**Instrução Normativa/SEGES nº 58/2022** - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

**Instrução Normativa/SEGES nº 81/2022** - Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência – TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital.

**Instrução Normativa/SEGES nº 73/2022** - Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

**Instrução Normativa/SEGES nº 65/2021** - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

**Jurisprudência selecionada dos Tribunais de Contas**

**Orientações da Advocacia-Geral da União (AGU)**

**Pareceres da Câmara Permanente de Licitações e Contratos**

# **FORMAÇÃO DE PREGOEIROS E AGENTE DA CONTRATAÇÃO**, atualizado com a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14133/2021) e Instrução Normativa seges nº 73/2022

## **1. NOME DA AÇÃO**

CURSO COMPLETO DE FORMAÇÃO DE PREGOEIROS E AGENTE DA CONTRATAÇÃO, atualizado com a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14133/2021) e Instrução Normativa SEGES nº 73/2022

## **2. OBJETIVOS**

Ao final da capacitação, espera-se que os participantes sejam capazes de:

- Entender todo o processo licitatório instruído para o pregão eletrônico;
- Compreender as etapas, procedimento e procedimentos do pregão eletrônico;
- Julgar propostas e habilitação da licitação do pregão eletrônico;
- Conhecer as funcionalidades do Portal de Compras do Governo Federal (ComprasGovBr);
- Conhecer os sistemas IRP (Intenção de Registro de Preços) e SÍDEC (Sistema de Divulgação de Compras);
- Operar o Pregão, na forma Eletrônica, no Portal de Compras do Governo Federal (ComprasGovBr), na visão do Pregoeiro e Fornecedor.
- Conhecer a jurisprudência do Tribunal de Contas da União e Orientações Normativas da AGU sobre a modalidade Pregão.

## **3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

### **3.1. INTRODUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO**

3.1.1. O dever geral de licitar

3.1.2. Base legal

3.1.3. Princípios

3.1.4. Fases

3.1.5. Modalidades

3.1.6. Novidades da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14133/2021) e Instrução Normativa SEGES nº 73/2022

### **3.2. PREGÃO**

3.2.1. Histórico

3.2.2. Conceito

3.2.3. Benefícios do Pregão

3.2.4. Aplicabilidade do pregão

3.2.4.1. Bens e serviços comuns

3.2.5. Princípios do pregão

3.2.6. Atores

3.2.6.1. Pregoeiro

3.2.6.2. Equipe de apoio

3.2.6.3. Autoridade competente

3.2.6.4. Segregação de função

3.2.7. Fases do pregão

3.2.8. Noções gerais sobre forma de compra

3.2.8.1. Tradicional

3.2.8.2. Registro de Preços

### **3.3. FASE INTERNA**

3.3.1. O pregoeiro e o termo de referência

3.3.2. Noções gerais sobre pesquisa de preços

3.3.3. Parecer jurídico

- 3.3.4. Edital
- 3.4. FASE EXTERNA
  - 3.4.1. Publicação do edital
    - 3.4.1.1. Prazos
    - 3.4.1.2. Apresentação da proposta
    - 3.4.1.3. Impugnações e esclarecimentos
    - 3.4.1.4. Modificação do edital
    - 3.4.1.5. Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP
  - 3.4.2. Sessão Pública
  - 3.4.3. Tipo de julgamento
  - 3.4.4. Modos de disputa
    - 3.4.4.1. Vantagens e desvantagens dos modos de disputa
  - 3.4.5. Intervalo Mínimo
  - 3.4.6. Lances
    - 3.4.6.1. Lances intermediários
    - 3.4.6.2. Exclusão de lances
  - 3.4.7. Critérios de julgamento.
  - 3.4.8. Valor estimado e valor máximo.
  - 3.4.9. Sigilo do orçamento.
  - 3.4.10. Critérios de desempate
  - 3.4.11. Tratamento diferenciado.
  - 3.4.12. Margem de Preferência.
  - 3.4.13. Conformidade da proposta
    - 3.4.13.1. Amostras
    - 3.4.13.2. Análise de exequibilidade
  - 3.4.14. Habilitação
    - 3.4.14.1. Habilitação jurídica
    - 3.4.14.2. Regularidade fiscal e trabalhista
    - 3.4.14.3. Qualificação econômico-financeira
    - 3.4.14.4. Qualificação Técnico-profissional e técnico-operacional
      - 3.4.14.4.1. Exigência de vistoria
    - 3.4.14.5. SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
    - 3.4.14.6. CEIS/CNEP
    - 3.4.14.7. É possível exigir documentos originais?
    - 3.4.14.8. Principais indícios de fraude em documentação de habilitação
  - 3.4.15. Diligência
  - 3.4.16. Licitante coelho e o mergulho e preços.
  - 3.4.17. Negociação.
  - 3.4.18. Desistência da proposta.
  - 3.4.19. Desclassificação da proposta
    - 3.4.19.1. Princípio do formalismo moderado
- 3.5. RECURSO
  - 3.5.1. Juízo de Admissibilidade
  - 3.5.2. Prazos
  - 3.5.3. Análise
  - 3.5.4. Julgamento
  - 3.5.5. Retorno de fase
- 3.6. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
  - 3.6.1. Adjudicação
  - 3.6.2. Homologação
  - 3.6.3. Anulação e Revogação
- 3.7. NOÇÕES GERAIS DE SANÇÕES E SEUS EFEITOS NO PREGÃO
  - 3.7.1. Noções gerais
  - 3.7.2. Infrações no pregão
  - 3.7.3. Abrangência dos efeitos
  - 3.7.4. Desconsideração da personalidade jurídica e as ocorrências impeditivas indiretas
- 3.8. DISPENSA ELETRÔNICA – Instrução Normativa nº 67/2021
  - 3.8.1. Hipóteses de utilização
  - 3.8.2. Limites da Lei nº 14133/2021

- 3.8.3. Fracionamento da despesa
- 3.8.4. Etapas
- 3.8.5. Divulgação
  - 3.8.5.1. Prazos
- 3.8.6. Procedimento fracassado ou deserto
- 3.9. PRÁTICA DO PREGÃO ELETRÔNICO NO COMPRASGOVBR
  - 3.9.1. Inclusão e divulgação de pregão tradicional
  - 3.9.2. Inclusão e divulgação de pregão SRP
  - 3.9.3. Cadastramento de propostas
  - 3.9.4. Configuração e operacionalização da sessão pública
  - 3.9.5. Aceite e negociação de proposta
  - 3.9.6. Comunicação pregoeiro fornecedor
  - 3.9.7. Adjudicação e homologação
- 3.10. Jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU e Orientações Normativas da AGU;

#### **4. CARGA HORÁRIA**

24 horas/aulas

#### **5. (PRÉ-REQUISITOS PARA O) PÚBLICO-ALVO**

Servidores que realizem as seguintes atividades:

- a) Instrução de processos de aplicação de sanções
- b) Gestão e fiscalização de contratos administrativos;
- c) Autoridade competente;

#### **6. MÉTODOS DE ENSINO**

##### **1.1. ESTRATÉGIAS INSTRUCIONAIS**

- Exposição da legislação sobre a Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Exposição da jurisprudência sobre a etapa de planejamento das compras públicas;
- Promover atividades de fixação dirigidas por meio de atividades assíncronas;
- Dirimir dúvidas relacionadas aos requisitos a serem avaliados no planejamento de compras públicas.

##### **1.2. MATERIAIS DIDÁTICOS**

- Slides utilizados na exposição;
- Material complementar com manuais e notas técnicas sobre o tema.

#### **7. ÁREAS TEMÁTICAS DA CAPACITAÇÃO (CLASSIFICAÇÃO SIPEC/MPOG)**

( X ) Administração Pública

( ) Auditoria;

( ) Ciência e Tecnologia;

( ) Comunicação;

( ) Defesa e Segurança;

( ) Saúde;

( ) Desenvolvimento Gerencial;

( ) Direito e Justiça;

( ) Economia, Orçamento e Finanças;

( ) Educação;

( ) Ética;

- ☐ Gestão da Informação;
- ☐ Gestão de Pessoas;
- ☐ Informática – aplicativos e sistemas internos;
- ☐ Informática – programação e tecnologia da informação;
- ☐ Informática – sistemas informatizados do Governo Federal;
- ☐ Logística;
- ☐ Meio Ambiente;
- ☐ Pessoa, Família e Sociedade;
- ☐ Planejamento;
- ☐ Relações Internacionais;
- ☐ Trabalho;
- ☐ Transportes;
- ☐ Outros.

#### **8. AMBIENTE(S) ORGANIZACIONAL(IS)**

- ☒ Administrativo
- ☐ Infra-Estrutura
- ☐ Ciências Humanas, Jurídicas e Econômicas
- ☐ Ciências Biológicas
- ☐ Ciências Exatas e da Natureza
- ☐ Ciências da Saúde
- ☐ Agropecuário
- ☐ Informação
- ☐ Artes, Comunicação e Difusão
- ☐ Marítimo, Fluvial e Lacustre
- ☐ Comum a todos os Ambientes

#### **9. BIBLIOGRAFIA UTILIZADA**

**Lei nº 14133/2021** – (Nova) Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

**Decreto nº 11246/2022** – Dispõe sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

**IN/SEGES nº 73/2022** - Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

**Jurisprudência selecionada dos Tribunais de Contas**

**Orientações da Advocacia-Geral da União (AGU)**

# **COMPRA DIRETA - DISPENSA E INEXIGIBILIDADE**

atualizado com nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14133/2021) e Instruções Normativas SEGES nº 65 e 67/2021

## **1. NOME DA AÇÃO**

Curso teórico e prático sobre COMPRA DIRETA – DISPENSA E INEXIGIBILIDADE – atualizado de acordo com a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 14.133/2021, e Instruções Normativas/SEGES nº 65 e 67/2021

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1. Objetivo geral**

Capacitar o participante para atuar na instrução de processos licitatórios de compra direta por dispensa e inexigibilidade, em conformidade com os dispositivos legais e jurisprudenciais.

### **2.2. Objetivo específicos**

Ao final da capacitação, espera-se que os participantes sejam capazes de:

- Entender todo o processo de instrução processual de dispensa e inexigibilidade;
- Realizar uma contratação direta eficiente, eficaz e que atenda aos requisitos legais e jurisprudenciais;
- Identificar inconsistências nos documentos relativos à instrução processual;
- Adotar procedimentos recomendados pela jurisprudência e doutrina majoritária vigente.

## **3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E CRONOGRAMA DE AULA**

3.1. Administração pública e o dever constitucional de licitar.

3.2. Modalidades de licitação e suas finalidades.

3.3. Agentes públicos na licitação

3.3.1. Agente de contratação

3.3.2. Requisitos

3.4. Plano de Contratações Anual

3.5. A contratação direta como exceção à regra de licitar.

3.6. Tipos de contratação direta (licitação dispensada, dispensável e inexigível).

### **3.7. Licitação dispensável (art. 75)**

3.7.1. Principais casos de dispensa de licitação

3.7.1.1. Dispensa por Valor

3.7.1.1.1. Limites e sua atualização anual

3.7.1.1.2. Fracionamento de despesas

3.7.1.1.3. Manutenção de veículos

3.7.1.1.4. Procedimento eletrônico

3.7.1.1.5. Forma de pagamento

3.7.1.2. Emergência ou Calamidade Pública

3.7.1.2.1. Situações que autorizam a dispensa emergencial

3.7.1.2.2. Prazo de contratação

- 3.7.1.2.3. Apuração de responsabilidade
- 3.7.1.3. Licitação Deserta e Licitação Fracassada
  - 3.7.1.3.1. Manutenção das mesmas condições do edital
  - 3.7.1.3.2. Prazo máximo
- 3.7.1.4. Demais casos de dispensa de licitação
- 3.7.1.5. Aquisição de Bens ou Prestação de Serviços por Órgão Público
- 3.7.1.6. Compra ou Locação de Imóveis
- 3.7.1.7. Remanescente de Obra, Serviço ou Fornecimento.
- 3.7.1.8. Hortifrutigranjeiros, pão e produtos perecíveis.
- 3.7.1.9. Contratação de Instituição de Pesquisa, Ensino, Desenvolvimento Institucional.
- 3.7.1.10. Impressão Oficial e Serviços de Informática
- 3.7.1.11. Manutenção de Equipamentos durante a Garantia Técnica
- 3.7.1.12. Associação de Portadores de Deficiência Física
- 3.7.1.13. Aquisição de Bens para Pesquisas Científica e Tecnológica
- 3.7.1.14. Contrato com Organizações Sociais / Instituições sem fins lucrativos
- 3.7.1.15. Contratação com ICT ou Agência de Fomento
- 3.7.1.16. Consórcio Público
- 3.7.1.17. Bens e Serviços de Alta Complexidade
- 3.7.1.18. Constituição de Alianças Estratégicas e o Desenvolvimento de Projetos de Cooperação
- 3.7.1.19. Transferência de Tecnologia de Produtos Estratégicos para o Sistema Único de Saúde – SUS
- 3.7.2.IN nº 67/2021 – Dispensa Eletrônica.
  - 3.7.2.1. Hipóteses de utilização
  - 3.7.2.2. Procedimento
  - 3.7.2.3. Instrução processual

### **3.8. Inexigibilidade de licitação (art.74)**

- 3.8.1.Caput. do art. 74
- 3.8.2.Fornecedor exclusivo
- 3.8.3.Singularidade do serviço e a notória especialização
- 3.8.4.Contratação direta de artista
- 3.8.5. Credenciamento
- 3.8.6.Principais aspectos sobre a instrução de processos de inexigibilidade de licitação.
- 3.8.7.Caracterização da situação, razão da escolha do fornecedor e justificativa do preço.

### **3.9. Licitação dispensada (art. 76)**

- 3.9.1.Hipóteses
- 3.9.2.Requisitos

### **3.10. Instrução processual da Contratação Direta**

- 3.10.1. Estudo Técnico Preliminar
- 3.10.2. Termo de Referência
- 3.10.3. Pesquisa de preços em contratação direta (**IN nº 65/2021**)
  - 3.10.3.1. Justificativa de preços
  - 3.10.3.2. Módulo de pesquisa de preços do Comprasgov
- 3.10.4. Recursos orçamentários
- 3.10.5. Parecer jurídico
  - 3.10.5.1. Hipóteses de dispensa de parecer jurídico
- 3.10.6. Recursos orçamentários
- 3.10.7. Publicação da contratação direta

### **3.11. Adesão Tardia a Ata de Registro de Preços**

- 3.11.1. Hipóteses em que é possível fazer a carona
  - 3.11.2. Previsão no edital da adesão tardia
  - 3.11.3. Órgão que podem fazer carona
  - 3.11.4. Planejamento da contratação na adesão tardia
  - 3.11.5. Quais os limites para a adesão tardia
  - 3.11.6. Adesão tardia e vigência da ARP: até que momento é possível pegar carona?
  - 3.11.7. Pode ser admitida adesão a itens isolados de uma licitação que utilizou critério de adjudicação por grupo?
  - 3.11.8. Há necessidade de exame da Assessoria Jurídica acerca do processo de adesão?
  - 3.11.9. Deve-se computar o valor de eventuais adesões para a necessidade de realizar audiência pública?
  - 3.11.10. O que deve ser observado na instrução do processo de adesão?
- 3.12. Jurisprudência e doutrina sobre a contratação direta.

### **3.13. Módulo prático no gov.br/compras**

- 3.13.1. Cadastro de dispensa eletrônica
- 3.13.2. Cadastro de dispensa
- 3.13.3. Cadastro de Inexigibilidade

## **4. CARGA HORÁRIA**

20 horas/aulas

## **5. (PRÉ-REQUISITOS PARA O) PÚBLICO-ALVO**

Servidores que realizem as seguintes atividades:

- a) Instrução de processos licitatórios;
- b) Agentes da contratação;
- c) Comissão de licitação e pregoeiros;
- d) Gestão e fiscalização de contratos administrativos;
- e) Instrução de processo de apuração de responsabilidade de fornecedores na execução contratual;
- f) Autoridade competente.

## **6. MÉTODOS DE ENSINO**

### **6.1. ESTRATÉGIAS INSTRUCIONAIS**

- Exposição da legislação sobre a Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Exposição da legislação e jurisprudência trabalhista;
- Exposição da jurisprudência sobre a etapa de planejamento das compras públicas;
- Promover atividades de fixação dirigidas por meio de atividades assíncronas;
- Dirimir dúvidas relacionadas aos requisitos a serem avaliados no planejamento de compras públicas.

## 6.2. MATERIAIS DIDÁTICOS

- Slides utilizados na exposição;
- Material complementar com manuais e notas técnicas sobre o tema.

## 7. ÁREAS TEMÁTICAS DA CAPACITAÇÃO (CLASSIFICAÇÃO SIPEC/MPOG)

- |                                                           |                                                                                    |
|-----------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> Administração Pública | <input type="checkbox"/> Informática – aplicativos e sistemas internos;            |
| <input type="checkbox"/> Auditoria;                       | <input type="checkbox"/> Informática – programação e tecnologia da informação;     |
| <input type="checkbox"/> Ciência e Tecnologia;            | <input type="checkbox"/> Informática – sistemas informatizados do Governo Federal; |
| <input type="checkbox"/> Comunicação;                     | <input type="checkbox"/> Logística;                                                |
| <input type="checkbox"/> Defesa e Segurança;              | <input type="checkbox"/> Meio Ambiente;                                            |
| <input type="checkbox"/> Saúde;                           | <input type="checkbox"/> Pessoa, Família e Sociedade;                              |
| <input type="checkbox"/> Desenvolvimento Gerencial;       | <input type="checkbox"/> Planejamento;                                             |
| <input type="checkbox"/> Direito e Justiça;               | <input type="checkbox"/> Relações Internacionais;                                  |
| <input type="checkbox"/> Economia, Orçamento e Finanças;  | <input type="checkbox"/> Trabalho;                                                 |
| <input type="checkbox"/> Educação;                        | <input type="checkbox"/> Transportes;                                              |
| <input type="checkbox"/> Ética;                           | <input type="checkbox"/> Outros.                                                   |
| <input type="checkbox"/> Gestão da Informação;            |                                                                                    |
| <input type="checkbox"/> Gestão de Pessoas;               |                                                                                    |

## 8. AMBIENTE(S) ORGANIZACIONAL(IS)

- |                                                                   |                                                       |
|-------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> Administrativo                | <input type="checkbox"/> Agropecuário                 |
| <input type="checkbox"/> Infra-Estrutura                          | <input type="checkbox"/> Informação                   |
| <input type="checkbox"/> Ciências Humanas, Jurídicas e Econômicas | <input type="checkbox"/> Artes, Comunicação e Difusão |
| <input type="checkbox"/> Ciências Biológicas                      | <input type="checkbox"/> Marítimo, Fluvial e Lacustre |
| <input type="checkbox"/> Ciências Exatas e da Natureza            | <input type="checkbox"/> Comum a todos os Ambientes   |
| <input type="checkbox"/> Ciências da Saúde                        |                                                       |

## 9. BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

**Lei nº 14133/2021** – (Nova) Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

**Lei nº 8.666/93** - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

**Lei nº 10.520/2002** - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

**Lei Complementar nº 123/2006** - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte

**Decreto nº 9507/2018** - Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

**Decreto nº 11462/2022** – Regulamento o Sistema de Registro de Preços

**Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017** - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

**Instrução Normativa/SEGES nº 58/2022** - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

**Instrução Normativa/SEGES nº 67/2021** - Dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

**Instrução Normativa/SEGES nº 65/2021** - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

**Jurisprudência selecionada dos Tribunais de Contas**

**Orientações da Advocacia-Geral da União (AGU)**

**Pareceres da Câmara Permanente de Licitações e Contratos**

**Jurisprudência da Justiça do Trabalho**

**Nota Técnica do Ministério do Trabalho e Emprego**

Documento assinado digitalmente  
 **RICARDO FRANÇA DE BRITO**  
Data: 29/11/2024 09:48:15-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**RICARDO FRANÇA DE BRITO**

Instrutor

# Conheça nosso portfólio!



On-line



Presencial

**CURSO PRÁTICO DE ELABORAÇÃO DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS - Lei nº 14.133/2021**

**FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONTRATOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - Atualizado com Lei nº 14133/2021**

**PLANEJAMENTO DE COMPRAS PÚBLICAS COMPLETO: PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, ETP, TR e PB - Atualizado com Lei nº 14.133/2021 e IN/SEGES nº 58/2022**

**PESQUISA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES PÚBLICAS**  
Atualizado com Lei nº 14.133/2021 e IN/SEGES nº 65/2021

**FORMAÇÃO DE PREGOEIROS E AGENTE DA CONTRATAÇÃO**  
Atualizado com Lei nº 14133/2021 e Instrução Normativa SEGES nº 73/2022

**CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA DE LICITAÇÃO E INEXIGIBILIDADE**  
Atualizado com Lei nº 14133/2021 e IN nº 67/2021

**GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
Atualizado com Lei nº 14.133/2021, Decreto n.º 11.246/2022 e IN/SEGES nº 58/2022

**CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
Atualizado com Lei nº 14133/2021

**REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO - REVISÃO, REAJUSTE E REPACTUAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
Atualizado com Lei nº 14133/2021

**NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – Lei nº 14.133/2021**

**GESTÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA CONTA-VINCULADA**  
IN/SEGES nº 05/2017 e Resolução CNJ nº 169/2013

# Conheça nosso portfólio!



On-line



Presencial

## **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – TEORIA E QUESTÕES POLÊMICAS**

Atualizado com Lei nº 14133/2021

## **APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E APLICAÇÃO DE SANÇÕES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - Atualizado com Lei nº 14133/2021**

## **GESTÃO DE RISCOS EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**

Atualizado com Lei nº 14.133/2021

## **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Atualizado com a Lei nº 14133/2021

## **CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS**

Atualizado com Lei nº 14133/2021

## **PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL: ELABORAÇÃO E MONITORAMENTO**

Atualizado com Lei nº 14133/2021

## **CONTRATAÇÃO DE FUNDAÇÕES DE APOIO**

em conformidade com a Lei nº 8958/94 e atualizado com Lei nº 14133/2021

## **Também personalizamos sua capacitação!**

# NOVAPÚBLICA

INTELIGÊNCIA EM GESTÃO PÚBLICA



(67) 98119-8126



[novapublicaigp@gmail.com](mailto:novapublicaigp@gmail.com)

